



Sociedade e Cultura

ISSN: 1415-8566

brmpechinha@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás

Brasil

Editorial e apresentação

Sociedade e Cultura, vol. 19, núm. 1, enero-junio, 2016, pp. 1-6

Universidade Federal de Goiás

Goiania, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70350679014>

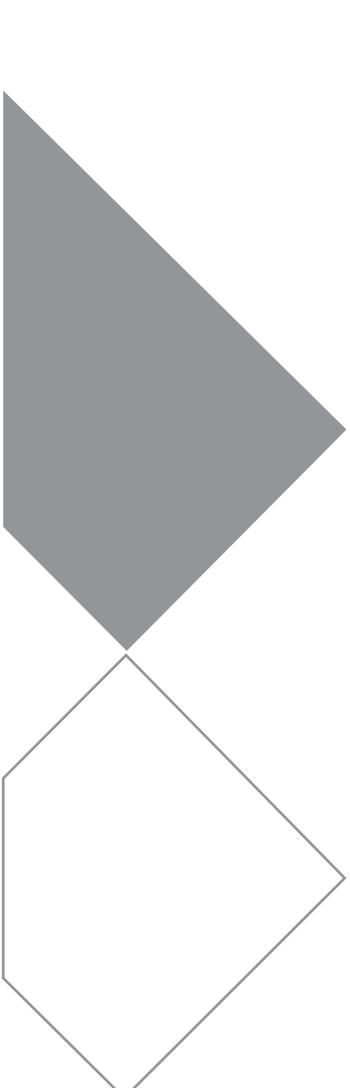
- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Editorial

Quando o dossiê temático “Violência, segurança pública e violência policial”, que ora publicamos, foi proposto à *Sociedade e Cultura* no começo de 2016, não imaginávamos o cenário que viveríamos logo no início de 2017. A realidade do sistema prisional brasileiro exposta duramente a partir das chacinas de Manaus e Roraima e o risco do efeito cascata anunciado como certo pela mídia nos assegura, de modo duro e triste, a necessidade e relevância deste dossiê.

Organizado por Dijaci David de Oliveira (UFG), Michele Cunha Franco (UFG) e Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB), ele está ancorado em três eixos, mas não exclusivos: a) a abordagem da violência; b) a segurança pública em perspectiva; c) a violência policial. Trata-se de um esforço coletivo em reunir revisões teóricas consistentes aliadas a análises empíricas em profundidade. O resultado é um dossiê atualíssimo e muito abrangente em termos da realidade brasileira.

Completam esta edição três artigos livres, uma entrevista e uma resenha. Em “O periódico *Seara* no Timor Português (1949–1973): práticas de mediação e integração institucional pela imprensa católica”, Alexandre Fernandes (UnB) se propõe a compreender a ação missionária católica no Timor Português, especificamente no período que corresponde ao início da Diocese de Díli ao fim da colonização portuguesa (1940–1975).

O artigo em coautoria de Arnaldo José Zangelmi (UFOP), Fabrício Roberto Costa Oliveira (UFV) e Izabella Fátima Oliveira de Sales (Centro Federal de Educação Tecnológica/Minas Gerais) intitulado “Movimentos, mediações e Estado: apontamentos sobre a luta pela terra no Brasil na segunda metade do século XX” aborda questões concernentes ao processo de luta pela terra no Brasil desde os conflitos anteriores ao Golpe de 1964 até parte do processo de criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Sul do Brasil, as migrações de militantes sulistas dessa organização para outras regiões, a constituição de suas relações com outros atores em vários estados e a generalização de certas formas de luta nesses contextos.

O último artigo livre, de Marina Félix de Melo (UFAL), “Sustentabilidades das ONG”, trata da relação entre Estado, mercado e sociedade civil (utilizando alternativamente o termo “Terceiro Setor”) do ponto de vista da sustentabilidade das organizações não governamentais (ONG), não apenas em termos financeiros, mas também de sua profissionalização. A autora parte de dois estudos de caso no Recife, Pernambuco.

Após, apresentamos a entrevista com Vidulfo Rosales Sierra, integrante do Centro de Direitos Humanos da Montanha Tlachinollan (México), realizada por Roberto Lima (UFG) e Christianne Evaristo de Araújo (UnB). Intitulada “Justiça por Guerrero (México)”, a entrevista aborda a trajetória deste ativista político desde os anos 1990, quando encontra os movimentos estudantis, indigenistas e os de luta armada – Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN) e Exército Popular Revolucionário (EPR) –, até se especializar em direito agrário e atuar na defesa dos direitos humanos, em particular os dos *comuneros* camponeses, suas formas de organização e funcionamento político nas comunidades agrárias e o enfrentamento com a violência policial do Estado, momento no qual o entrevistado, com a emoção de quem

viveu, narra os episódios de prisões, torturas e assassinatos dos seus companheiros de luta.

Por fim, temos a resenha escrita por Lucas Sena Dembogurski sobre o livro *Violência contra migrantes no México*, de Júlio da Silveira Moreira. No livro são abordadas com detalhes as trajetórias de migração vividas pelos migrantes que partem de seus países rumo aos Estados Unidos em busca de uma vida melhor. A obra tem como base de inspiração a morte de 72 migrantes no Norte do México em agosto de 2010.

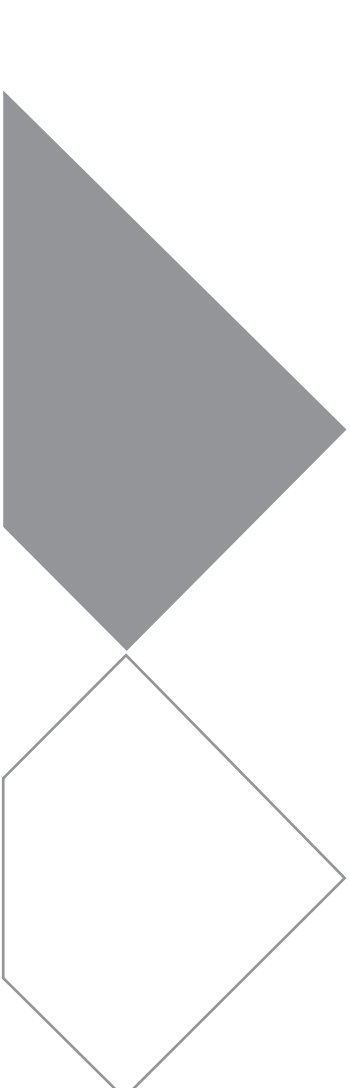
Que a leitura seja útil, não necessariamente prazerosa, em tempos mais do que nunca demandantes de pensamento crítico e de engajamento político em prol de dias melhores.

Aline Regina Alves Martins

Eliane Gonçalves

Roberto Lima

Comissão Editorial



Apresentação

Dossiê: Violência, segurança pública e violência policial

Dijaci David de Oliveira

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília

Professor da Universidade Federal de Goiás

dijaci@gmail.com

Michele Cunha Franco

Pós-Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação

Interdisciplinar em Direitos Humanos da

Universidade Federal de Goiás

mcfrancojur@gmail.com

Arthur Trindade Maranhão Costa

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília

Professor da Universidade de Brasília

arthur@unb.br

O dossiê temático “Violência, segurança pública e violência policial” foi organizado ao longo do ano de 2016. A chamada se ancorou em três eixos básicos, mas não exclusivos: a) a abordagem da violência; b) a segurança pública em perspectiva; c) a violência policial.

No primeiro eixo – violência – foram selecionadas tanto análises teóricas que dialogam com as teorias já existentes quanto aquelas que apresentam novos pressupostos. Os textos escolhidos para esse eixo temático abrangem teorias referentes à criminalidade violenta e às várias formas de violência: materiais, simbólicas e culturais. Esse eixo recebeu um maior número de trabalhos, por ser o mais amplo entre os três.

O segundo eixo – segurança pública em perspectiva – abriu espaço para análises críticas e avaliações de programas de governo e de políticas públicas. Os textos discutem modelos de abordagem, questões operacionais e possibilidades de implementação de boas práticas, assim como temas correlatos à gestão da segurança pública.

Por fim, o terceiro eixo – a violência policial – focou na discussão do papel e da atuação da polícia dentro do sistema de segurança. A revista recebeu muitos trabalhos, e toda a seleção se baseou no procedimento do duplo-cego. Os pareceristas *ad hoc*, selecionados entre doutores com notório saber, analisaram os trabalhos com base nos seguintes critérios: pertinência do trabalho, valores éticos, rigor, cuidado metodológico e científico, relevância do conteúdo para o debate acadêmico, além da originalidade.

Do Eixo 1, foram selecionados quatro artigos. O primeiro, “Risco, mercado criminal e interações violentas: uma etnografia de um conjunto habitacional periférico de uma cidade média do estado de São Paulo”, de Luís Antônio Francisco de Souza, Bóris Ribeiro de Magalhães, Gabriel de Sousa Romero e Mariana Franzolin Valera, tem

como foco o estado mais populoso do Brasil. Em particular, aborda as estratégias de sobrevivência utilizadas pelos moradores de periferia diante dos conflitos entre jovens envolvidos no tráfico de drogas e a ação policial. Pela técnica de pesquisa etnográfica, os autores demonstraram o distanciamento do chamado estado de direito como garantidor dos direitos civis, sobretudo para os moradores das periferias brasileiras. Um dos problemas apontados foi a ênfase dada pela segurança pública aos modelos punitivista e repressor, que privilegiam o enfrentamento bélico e são muito propensos à letalidade na ação policial.

O segundo artigo, “La ideología de la inseguridad en la Argentina actual”, de autoria de Gisela Catanzaro, Gabriela Seghezze e Sebastián Elisalde, discute criticamente a construção atual do problema da (in) segurança, com base em resultados obtidos em uma pesquisa intitulada *Problemas da democracia na Argentina no período pós-convertibilidade: transformações socioeconômicas e reconfigurações ideológicas*. Essa pesquisa teve por pano de fundo uma pergunta acerca dos dilemas enfrentados por democracias na contemporaneidade, em que a insegurança serve como uma figura ideológica. A figura da insegurança tem seu significado estruturado por relações com um conjunto de posições na avaliação da política, de conflitos e de hierarquias sociais, sob uma configuração que tem o potencial de prejudicar a convivência democrática.

O terceiro, “Transformações em torno do fenômeno da violência homicida no estado de Alagoas”, de Emerson Oliveira do Nascimento, tentou compreender o expressivo crescimento da violência homicida naquele estado, que, desde 2006, está ranqueado entre os mais violentos do Brasil. O autor fundamenta-se em uma constelação de bases tais como os dados oriundos do Núcleo de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Alagoas (SSP-AL) e os dados alfanuméricos do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde (MS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com base nessas fontes, ele apontou de que forma o sistema de segurança pública tem se mostrado negligente em compreender os dados disponíveis e, por conseguinte, em construir uma política de prevenção ao crime de homicídio.

No quarto e último artigo do Eixo 1, “O linchamento de Gilbercan Mezini e a narrativa midiática: notas sobre a transformação do indivíduo no *homo sacer*”, Humberto Ribeiro Júnior e Felipe Machado Veloso realizam uma crítica à abordagem midiática sobre o linchamento que dá título ao artigo: um caso ocorrido no ano de 2013, no estado do Espírito Santo. Os autores afirmam que os meios midiáticos se transformam em um órgão de produção de julgamentos que contribui para legitimar ações violentas. Isso ocorre por meio da suspensão dos valores sociais e jurídicos, na qual o suspeito se transforma – antes de qualquer investigação e julgamento – em acusado, criminoso, maníaco ou psicopata, ou, nas palavras dos autores, em uma pessoa matável, descartável e sem direitos.

No Eixo 2, temos três artigos, o primeiro, intitulado “O que determina a ocorrência e/ou registro de um crime em Minas Gerais?”, de Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro e Luiza Meira Bastos. As autoras questionam em que medida a ampliação de recursos humanos e institucionais de segurança pública e justiça criminal contribui para a redução dos registros de criminalidade e do crime. O estudo demonstrou que a elevação dos recursos humanos permite uma ampliação dos indicadores. Conforme esclarecem as autoras, a teoria da dissuasão, que tem destaque na literatura nacional e internacional, leva a supor que a presença de mais policiais e de maior aparato de justiça

criminal concorre para a redução das práticas criminais. Apesar desse pressuposto, elas concluem que investir no aumento da quantidade de recursos humanos e institucionais de segurança pública e justiça criminal não assegura necessariamente uma redução da criminalidade violenta. Ressalvam, entretanto, que, nessa questão, cabem muitas outras interpretações, como a de que uma maior oferta desses recursos poderia facilitar o acesso a serviços que antes não eram procurados; ou seja, melhorar o serviço pode ser uma forma de dar maior visibilidade para o que estava invisível.

O segundo artigo do Eixo 2, “Do GPAE à UPP: uma proposta de interpretação das percepções dos moradores de favelas acerca dos projetos de policiamento comunitário ou de proximidade”, de Marcus Cardoso, analisou as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), implantadas no Rio de Janeiro. Para o autor, a avaliação da política pode ensejar diversos enfoques, embora, para o senso comum, prevaleça a ideia de que as UPP, finalmente, estão conseguindo controlar a criminalidade no Rio de Janeiro. Entretanto, na avaliação da população das comunidades envolvidas, as UPP ainda guardam muitos resquícios da chamada polícia repressora, violenta, além de estarem distantes socialmente das comunidades onde atuam. Esse cenário se torna evidente, sobretudo, após o ano de 2013, em que ocorre o desaparecimento forçado do pedreiro Amarildo de Souza, na Favela Rocinha, Rio de Janeiro. No processo de avaliação do modelo de política pública de segurança, o autor traz à tona a experiência anterior chamada Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE) e aponta que os moradores tendem a avaliar as ações policiais classificando-as como “respeitosas” ou “desrespeitosas”.

O terceiro trabalho acolhido no Eixo 2, “Incidência e representações do uso de drogas lícitas e ilícitas nos câmpus da Universidade Federal de Goiás: desafios para a proposição de uma política”, é de autoria de Dijaci David de Oliveira, Guilherme Borges da Silva e Michele Cunha Franco. O artigo expõe os dados coletados em uma pesquisa *survey*, realizada na comunidade acadêmica da Universidade Federal de Goiás (UFG). O objetivo da pesquisa teve como pilar a discussão sobre as práticas de violência e conflitos nos câmpus da UFG. Como boa parte da discussão inicial acerca da suposta ampliação dessas práticas estava ancorada no crescimento do uso e da venda de drogas nos câmpus, os autores optaram, neste artigo, por concentrar-se nas percepções da comunidade sobre esse problema específico. Os dados foram extraídos por meio de três técnicas: *survey*, entrevistas com grupos focais e entrevistas em profundidade. Com base nesses dados, os autores perceberam que os discursos da comunidade universitária não se distanciam da visão do senso comum e de bases moralistas, em que prevalece a defesa de soluções pautadas no modelo proibicionista.

No Eixo 3, temos o artigo “Cultura policial e o adolescente suspeito: a normalização na Gerência de Polícia em Recife”, texto que adotou como metodologia a teoria das representações sociais. No artigo, Érica Babini Machado, Murilo Sobral Neto e Iana Lira Pires buscaram compreender as práticas dos agentes policiais no processo de registro do flagrante nos casos em que o sujeito do ato é um adolescente. O trabalho de pesquisa chamou a atenção para o fato de que as práticas policiais acabam por girar não em torno da investigação do fato, mas da confirmação do *status* do adolescente como infrator.

Por fim, acreditamos que este dossiê trouxe uma boa coletânea de temas, com abordagens teóricas e metodológicas que representam contribuições substantivas para a continuidade do debate sobre

violência e práticas criminais. Ao propor os três eixos iniciais, tínhamos a consciência de que perderíamos em foco, mas ganharíamos em diversidade de abordagem. Assim poderíamos construir uma visão mais ampla sobre os temas, indicando, sobretudo, a direção para onde apontam os dilemas das pesquisas sobre conflitos, violência e criminalidade na sociologia contemporânea. Esperamos que todos tenham uma boa leitura.